ÍNDICE

TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º 1
Artigo 2º 1

CAPÍTULO II
DA INSTALAÇÃO

Artigo 3º 1
Artigo 4º 2
Artigo 5º 2
Artigo 6º 2
Artigo 7º 2
Artigo 8º 2

TÍTULO II
DA MESA DA CÂMARA
CAPÍTULO I
DA ELEIÇÃO DA MESA

Artigo 9º 2

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DA MESA E DE SEUS MEMBROS
SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

Artigo 10 3
Artigo 11 4

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Artigo 12 4

Artigo 28 13
Artigo 29 13
Artigo 30 13

CAPÍTULO II

DOS LÍDERES E VICE LÍDERES

Artigo 31 14
Artigo 32 14
Artigo 33 14
Artigo 34 15
Artigo 35 15

TÍTULO III

DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 36 15
Artigo 37 15
Artigo 38 16

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES PERMANENTES

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 39 16
Artigo 40 16
Artigo 41 16
Artigo 42 17
Artigo 43 17

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 44 17
Artigo 45 18
Artigo 46 18
Artigo 47 18
Artigo 48 19

SEÇÃO III

DOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES

DAS COMISSÕES PERMANENTES

19
Artigo 49 19
Artigo 50 20
Artigo 51 20
Artigo 52 20
Artigo 53 20
Artigo 54 20
Artigo 55 .....

SEÇÃO IV
DOS PARECERES

21
Artigo 56 21
Artigo 57 .....

SEÇÃO V
DAS VAGAS, LICENÇAS E IMPEDIMENTOS
NAS COMISSÕES PERMANENTES

22
Artigo 58 23
Artigo 59 23
Artigo 60 .....

CAPÍTULO III
DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

24
Artigo 61 24
Artigo 62 .....

SEÇÃO II
DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS RELEVANTES

Artigo 63 24

SEÇÃO III
DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Artigo 64 25

SEÇÃO IV
DAS COMISSÕES PROCESSANTES

Artigo 65 26
Artigo 66 27
Artigo 67 27
Artigo 68 27
Artigo 69 27
Artigo 70 27

Artigo 71 28
Artigo 72 28
Artigo 73 28
Artigo 74 29
Artigo 75 29
Artigo 76 29
Artigo 77 29
Artigo 78 30
Artigo 79 30
Artigo 80 30
Artigo 81 30
Artigo 82 30
Artigo 83 30

TÍTULO V

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

CAPÍTULO I

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

Artigo 84 31
Artigo 85 31
Artigo 86 31
Artigo 87 31

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 88 31
Artigo 89 32

SEÇÃO II

DA DURAÇÃO DAS SESSÕES

Artigo 90 32
Artigo 91 32

SEÇÃO III

DA PUBLICIDADE DAS SESSÕES

Artigo 92 32
Artigo 93 32

SEÇÃO IV

DAS ATAS DAS SESSÕES

Artigo 94 33
Artigo 95 34

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 96 34
Artigo 97 34
Artigo 98 34

SUBSEÇÃO II

DOS EXPEDIENTES

Artigo 99 35
Artigo 100 35
Artigo 101 35
Artigo 102 35
Artigo 103 36
Artigo 104 36

SUBSEÇÃO III

DA ORDEM DO DIA

Artigo 105 36
Artigo 106 36
Artigo 107 37
Artigo 108 37
Artigo 109 37
Artigo 110 37
Artigo 111 38

SUBSEÇÃO

DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Artigo 112 38
Artigo 113 38

SEÇÃO V

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Artigo 114 38
Artigo 115 38
Artigo 116 39

SEÇÃO VI

DAS SESSÕES NA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Artigo 117 39

SEÇÃO VII

DAS SESSÕES SOLENES

Artigo 118 40

TÍTULO VI

DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 119 40

SEÇÃO I

DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 120 41

SEÇÃO II

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 121 41
Artigo 122 42

SEÇÃO III

DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 123 42

SEÇÃO IV

DO ARQUIVAMENTO E DO DESARQUIVAMENTO

Artigo 124 43
Artigo 125 43

SEÇÃO V

DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 126 43
Artigo 127 43
Artigo 128 44
Artigo 129 44
Artigo 130 44
Artigo 131 45

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 132 45

SEÇÃO II
DO PROJETO DE LEI
Artigo 133 46
Artigo 134 46
SEÇÃO III
DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Artigo 135 46
SEÇÃO IV
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO
Artigo 136 47
SUBSEÇÃO ÚNICA
DOS RECURSOS
Artigo 137 48
CAPÍTULO III
DO SUBSTITUTIVO, EMENDA E SUBMENDA
Artigo 138 49
Artigo 139 49
Artigo 140 50
Artigo 141 50
CAPÍTULO IV
DOS PARECERES A SEREM DELIBERADOS
Artigo 142 50
CAPÍTULO V
DOS REQUERIMENTOS
Artigo 143 51
Artigo 144 51
Artigo 145 52
Artigo 146 52
Artigo 147 53
Artigo 148 53
Artigo 149 53
CAPÍTULO VI
DAS INDICAÇÕES
Artigo 150 54
Artigo 151 54
CAPÍTULO VII
DAS MOÇÕES
Artigo 152 54

TÍTULO VII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DA AUDIÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 153 55
Artigo 154 55
Artigo 155 56

CAPÍTULO II

DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SUBSEÇÃO I

DA PREJUDICABILIDADE

Artigo 156 56

SUBSEÇÃO II

DO DESTAQUE

Artigo 157 56

SUBSEÇÃO III

DA PREFERÊNCIA

Artigo 158 57

SUBSEÇÃO IV

DO PEDIDO DE VISTA

Artigo 159 57

SUBSEÇÃO V

DO ADIAMENTO

Artigo 160 57

SEÇÃO II

DOS DEBATES

Artigo 161 58
Artigo 162 58
Artigo 163 59
Artigo 164 59

SUBSEÇÃO I

DOS APARTES

Artigo 165 59

SEÇÃO III
DAS VOTAÇÕES
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 60
Artigo 166 60
Artigo 167 .....

SUBSEÇÃO II
DO QUORUM DE APROVAÇÃO 61
Artigo 168 61
Artigo 169 61
Artigo 170 .....

SUBSEÇÃO III
DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO 62
Artigo 171 .....

SUBSEÇÃO IV
DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO 62
Artigo 172 .....

SUBSEÇÃO V
DA VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO 63
Artigo 173 .....

SUBSEÇÃO VI
DA DECLARAÇÃO DE VOTO 64
Artigo 174 64
Artigo 175 .....

CAPÍTULO III
DA REDAÇÃO FINAL 64
Artigo 176 64
Artigo 177 .....

CAPÍTULO IV
DA SANÇÃO 64
Artigo 178 .....

CAPÍTULO V
DO VETO 65
Artigo 179 .....

CAPÍTULO VI

DA PROMULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO 66

Artigo 180 66
Artigo 181 66
Artigo 182 66

CAPÍTULO VII

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

SEÇÃO I

DOS CÓDIGOS 66

Artigo 183 66
Artigo 184 67
Artigo 185 67
Artigo 186 67

SEÇÃO II

DO ORÇAMENTO 67

Artigo 187 68
Artigo 188 68
Artigo 189 69
Artigo 190 69

TÍTULO VIII

DO HELGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO E DA MESA

CAPÍTULO ÚNICO

DO PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO 69

Artigo 191 70
Artigo 192 70

TÍTULO IX

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS 70

Artigo 193 70
Artigo 194 71
Artigo 195 71
Artigo 196 71
Artigo 197 71
Artigo 198 71
Artigo 199 71

SEÇÃO I

DO USO DA PALAVRA

Artigo 200 71

SEÇÃO II
DO TEMPO DE USO DA PALAVRA

Artigo 201 72

CAPÍTULO III
DA REMUNERAÇÃO E DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO
SEÇÃO I
DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

Artigo 202 73
Artigo 203 74
Artigo 204 74

CAPÍTULO IV
DAS OBRIGAÇÕES E DOS DEVERES DOS VEREADORES

Artigo 205 74
Artigo 206 74

CAPÍTULO V
DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Artigo 207 75
Artigo 208 75

CAPÍTULO VI
DAS LICENÇAS

Artigo 209..... 75

CAPÍTULO VII
DAS INFRAÇÕES POLÍTICOS ADMINISTRATIVAS

Artigo 210 76
Artigo 211 76

TÍTULO X
DO REGIMENTO INTERNO
CAPÍTULO I
DOS PRECEDENTES

Artigo 212 77
Artigo 213 77

CAPÍTULO II
DA QUESTÃO DE ORDEM

Artigo 214 77

Artigo 215 77

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 216 78
Artigo 217 78

Câmara Municipal de Embu-Guaçu

SÉRGIO NIMOI, Presidente da Câmara Municipal de Embu-Guaçu, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte :-

R E S O L U Ç Ã O Nº 001/91

(DISPÕE SOBRE A REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU).

TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - A Câmara Municipal é órgão legislativo do Município; compõe-se de Vereadores eleitos nas condições e termos da legislação vigente e tem sua séde nesta cidade.
Parágrafo Único : Na séde da Câmara não se realizarão atos estranhos a sua função sem prévia autorização da Mesa.

Artigo 2º - Para efeitos regimentais, a legislatura é dividida em dois períodos bienais, compreendendo, cada um deles duas sessões legislativas.
Parágrafo Único : Cada Sessão Legislativa se contará de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

CAPÍTULO II
DA INSTALAÇÃO

Artigo 3º - A Câmara Municipal instalar-se-á no dia 1º de janeiro de cada legislatura, às 10:00 horas, em Sessão Solene, independente de número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

.....

Artigo 4º - O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores eleitos deverão apresentar seus diplomas à Secretaria Administrativa da Câmara,antes da Sessão de instalação.

Artigo 5º - Os Vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados, após prestarem o compromisso, lido pelo Presidente, nos seguintes termos :-
PROMETO EXERCER,COM DEDICAÇÃO E LEALDADE, O MEU MANDATO, RESPEITANDO A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS E DEFENDENDO OS INTERESSES DO MUNICÍPIO.

Artigo 6º - O Presidente convidará, a seguir, o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos e regularmente diplomados a prestarem o compromisso a que se refere o artigo anterior, e os declarará empossados.

Artigo 7º - Poderão fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de dez minutos, um representante de cada bancada, o Prefeito, o Vice-Prefeito,o Presidente da Câmara e um representante de cada autoridade representativa, previamente inscrito.

Artigo 8º - Na falta de sessão ordinária ou extraordinária nos prazos fixados pela Lei Orgânica, a posse poderá ocorrer na secretaria da Câmara, perante o Presidente ou seu substituto legal, observados todos os demais requisitos, devendo ser prestado o compromisso na primeira sessão subsequente.

TÍTULO II
DA MESA DA CÂMARA
CAPÍTULO I
DA ELEIÇÃO DA MESA

Artigo 9º - Na eleição da Mesa e do Vice-Presidente obser-

.....

var-se-á o seguinte procedimento :

I - realização, por ordem do Presidente, da chamada regimental para verificação do "quorum ";

II - inscrição dos candidatos aos cargos da Mesa e ao cargo de Vice-Presidente;

III - chamada dos Vereadores e colocação pelo votante na cabine indevassável, de cédula, dentro da sobrecarta rubricada e entregue no ato pelo Presidente, de modo que fique resguardado o sigilo do voto;

IV - colocação do voto na urna;

V - apuração, mediante a leitura dos votos pelo Presidente, que determinará a sua contagem;

VI - realização de segundo escrutínio, com os Vereadores mais votados que tenham igual número de votos, persistindo o empate os candidatos disputarão os cargos por sorteio;

VII - maioria simples, para o primeiro e segundo escrutínios;

VIII - proclamação do resultado pelo Presidente;

IX - posse automática dos eleitos.

Parágrafo Único : a cédula para a eleição da Mesa Diretora, será ÚNICA, onde conste o nome dos postulantes aos cargos da Mesa Diretora e ao cargo de Vice-Presidente.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DA MESA E DE SEUS MEMBROS
SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

Artigo 10 - Compete à Mesa além das atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de Embu-Guaçu, o seguinte :

I - assinar os autógrafos dos projetos de leis destinados à sanção e promulgação pelo Chefe do Executivo;

II - assinar as atas das sessões da Câmara;

Parágrafo Único : Os atos administrativos da

.....

Mesa serão numerados em ordem cronológica, com renovação a cada legislatura.

Artigo 11 - A Mesa deliberará sempre por maioria de seus membros.

§ 1º - A recusa injustificada de assinatura aos atos da Mesa ensejará o processo de destituição do membro faltoso.

§ 2º - O membro da Mesa não poderá, sob pena de sujeição a processo de destituição, recusar-se a assinar os autógrafos destinados à sanção.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Artigo 12 - Além das atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município, compete ao Presidente :

I - Quanto as atividades legislativas :

a) determinar por requerimento do autor, a retirada de proposição ainda não incluída na ordem do dia.

b) recusar recebimento a substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes a proposição inicial;

c) declarar prejudicada a proposição, em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo, salvo requerimento que consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação de fatos anteriores.

II - Quanto as atividades administrativas :

a) autorizar o desarquivamento de proposições;

b) encaminhar processos às comissões permanentes e incluí-los na pauta;

c) zelar pelos prazos do processo legislativo bem como dos concedidos as comissões permanentes e ao Prefeito;

d) nomear os membros das comissões de assuntos relevantes, criadas por deliberação da

.....

Câmara e designar-lhe substitutos;

f) declarar a destituição de membro das comissões permanentes, nos casos previstos no artigo 59 deste regimento;

g) mandar anotar em livros próprios, os precedentes regimentais, para solução de casos análogos;

h) organizar a ordem do dia, pelo menos quarenta e oito horas antes da sessão respectiva e dela dar publicidade, 48 horas antes;

i) convocar a Mesa da Câmara;

j) executar as deliberações do Plenário;

l) dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos seus, da Mesa, ou do Presidente da Comissão;

m) dar posse ao Prefeito,Vice-Prefeito e Vereadores que não forem empossados no primeiro dia da legislatura e aos suplentes de Vereadores.

III - quanto às sessões :

a) presidir,abrir,encerrar,suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações do presente regimento;

b) determinar ao Secretário a leitura da ata e das comunicações dirigidas à Câmara;

c) determinar mediante a solicitação de qualquer Vereador em qualquer fase dos trabalhos a verificação de presença;

d) declarar a hora destinada ao Expediente, à ordem do dia e à Explicação Pessoal, e os prazos facultados aos oradores;

e) anunciar a ordem do dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante;

f) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste regimento e, não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;

g) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o respeito devido

.....

à Câmara, ou a qualquer de seus membros, advertindo-o chamando-o á ordem e em caso de insistência, cassando-lhe a palavra podendo, ainda suspender a Sessão, quando não atendido e as circunstâncias exigirem;

h) chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito;

i) estabelecer o ponto da questão sobre a qual devam ser feitas as votações;

j) decidir sobre o impedimento do Vereador para votar;

l) anunciar o que se tenha de discutir ou votar e proclamar o resultado das votações;

m) resolver, soberanamente, qualquer questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando omisso o regimento;

n) anunciar o término das sessões, avisando antes os vereadores sobre a sessão seguinte;

o) presidir a sessão ou sessões de eleição da Mesa do período seguinte.

IV - Fica o Presidente da Câmara Municipal de Embu-Guaçu, autorizado a contratar advogado para propositura de ações judiciais e para defesa nas ações que forem movidas contra a Câmara Municipal, Atos da Mesa, do Presidente e do Vereador, bem como para acompanhar os trabalhos das Comissões Especiais de Inquérito, Processante e Assuntos Relevantes no Poder Legislativo e junto ao Ministério Público.

SUBSEÇÃO ÚNICA
DA FORMA DOS ATOS DO PRESIDENTE

Artigo 13 - Os atos do Presidente observarão a seguinte forma:

I - ato numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) regulamentação dos serviços administrativos

b) nomeação de membros das Comissões Relevantes,Especiais de Inquérito e de Representação;
c) assuntos de caráter financeiro;
d) outros casos de competência da Presidência e que não estejam enquadrados como portaria.

II - Portaria, nos seguintes casos :
a) remoção,férias ;
b) instruções, para expedir determinações aos servidores da Câmara Municipal;
c) outros casos determinados em Lei ou Resolução.

SEÇÃO III
DAS ATRIBUIÇÕES DOS SECRETÁRIOS

Artigo 14 - Compete ao 1º Secretário :

I - constatar a presença dos Vereadores ao se abrir a sessão, confrontando-a com o livro de presença, anotando-os que compareceram e os que faltaram, com causa justificada ou não, consignar outras ocorrências sobre o assunto;

II - fazer a chamada dos Vereadores, nas ocasiões determinadas pelo Presidente;

III - ler a matéria do expediente, bem como as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento do Plenário;

IV - fazer a inscrição de oradores;

V - redigir ou superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da sessão, assinando-a juntamente com o Presidente e o 2º Secretário;

VI - ler a ata na ausência do 2º Secretário;

VII - assinar, com o Presidente e o 2º Secretário, os atos da Mesa e os autógrafos destinados à sanção;

VIII - auxiliar a Presidência na inspeção dos serviços da Secretaria e na observância deste regimento.

.....

Artigo 15 - Compete ao 2º Secretário :

I - ler a ata;

II - assinar, juntamente com o Presidente e o 1º Secretário, os atos da Mesa, as atas das sessões e os autógrafos destinados à sanção;

III - substituir o 1º Secretário nas suas ausências,licenças e impedimentos;

IV - auxiliar o 1º Secretário no desempenho de suas atribuições quando da realização das sessões plenárias;

V - ler o expediente da presidência.

CAPÍTULO IV
DA SUBSTITUIÇÃO DA MESA

Artigo 16 - Para suprir a falta ou impedimento do Presidente em Plenário, haverá um Vice-Presidente, eleito juntamente com os membros da Mesa.Estando ambos ausentes serão substituídos pelos Secretários.

Parágrafo Único : Ao Vice-Presidente compete ainda, substituir o Presidente, fora do Plenário, em suas faltas, ausências,impedimentos ou licenças, ficando nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções.

Artigo 17 - Ausentes em Plenário, os Secretários, o Presidente convidará qualquer Vereador para substituição em caráter eventual.

Artigo 18 - Na hora determinada para o início da sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa e de seus substitutos, assumirá a Presidência o Vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá entre os seus pares um secretário.

Parágrafo Único : A Mesa, composta na forma deste artigo, dirigirá os trabalhos até o seu término.

.....

CAPÍTULO V
DA EXTINÇÃO DO MANDATO DA MESA E DO MANDATO DE VICE-PRESIDENTE

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 19 - As funções dos membros da Mesa cessarão :

I - pela posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;

II - pela renúncia, apresentada por escrito;

III - pela destituição;

IV - pela cassação ou extinção do mandato de Vereador.

Artigo 20 - Vagando-se qualquer cargo da Mesa, ou do Vice-Presidente nos termos dos incisos II, III e IV do artigo anterior, assumirá o substituto legal e será realizada eleição no expediente da primeira sessão ordinária, (seguinte ao término do processo) para completar o biênio do mandato, para os cargos ora vacantes.

§ 1º - Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á nova eleição, para se complementar o período do mandato, na sessão imediata àquela em que ocorreu a renúncia ou destituição, sob a presidência do Vice-Presidente, que permanecerá no cargo de Vice-Presidente.

§ 2º - Se o Vice-Presidente também for renunciante ou destituído , a presidência será assumida pelo Vereador mais votado dentre os presentes, que ficará investido na plenitude das funções até a posse da nova Mesa.

.....

SEÇÃO II

DA RENUNCIA DA MESA

Artigo 21 - A renúncia do Vereador do Cargo que ocupar na Mesa, ou do Vice-Presidente, dar-se-á por ofício a ela dirigido e efetivar-se-á independentemente da deliberação do Plenário, a partir do momento em que foi lido em Sessão.

Artigo 22 - Em caso de renúncia total da Mesa e do Vice-Presidente, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais votado dentre os presentes, exercendo o mesmo as funções de Presidente, nos termos do artigo 20 § 2º.

SEÇÃO III

DA DESTITUIÇÃO DA MESA

Artigo 23 - Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto e o Vice-Presidente, quando no exercício da Presidência poderão ser destituídos de seus cargos mediante Resolução aprovada por 2/3 (dois terços), no mínimo dos membros da Câmara,assegurado os direitos de ampla defesa.
Parágrafo Único : É passível de destituição o membro da Mesa quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais ou exorbite das atribuições a ele conferidas por este regimento.

Artigo 24 - O processo de destituição terá início por denúncia,subscrita necessariamente por um dos Vereadores, apresentada no expediente, submetida ao Plenário e apreciação do recebimento.
§ 1º - Na denúncia, deve ser mencionado o mem - bro da Mesa faltoso, descritas circunstanciada

mente as irregularidades que tiver praticado e especificadas as provas que se pretende produzir.

§ 2º - Lida a denúncia, será imediatamente submetida ao Plenário pelo Presidente, salvo se este for envolvido nas acusações, caso em que essa providência e as demais relativas ao procedimento de destituição competirão ao Vice-Presidente e, se este for envolvido, ao Vereador mais votado dentro os presentes.

§ 3º - O membro da Mesa, envolvido nas acusações não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.

§ 4º - Se o acusado for Presidente, será substituido na forma do § 2º e se for um dos secretários, será substituído por qualquer Vereador, convidado por quem estiver exercendo a Presidência.

§ 5º - O denunciante e o denunciado ou denunciados são impedidos de votar na denúncia , não sendo necessária a convocação de suplente para esse ato.

§ 6º - Considerar-se-á recebida a denúncia , se aprovada pela maioria dos Vereadores presentes.

Artigo 25 - Recebida a denúncia, serão sorteados três Vereadores dentre os desimpedidos, para compor a comissão processante.

§ 1º - Da comissão não poderão fazer parte o denunciante e o denunciado ou denunciados.

§ 2º - Constituída a Comissão Processante , seus membros elegerão um deles para Presidente, que marcará reunião a ser realizada dentro das quarenta e oito horas seguintes.

.....

§ 3º - Reunida a Comissão, o denunciado ou denunciados serão notificados dentro de três 03 dias, para apresentação por escrito, de defesa prévia de 10 (dez) dias.

§ 4º - Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá as deligências que entender necessárias, emitindo ao final de 20 (vinte) dias, seu parecer.

§ 5º - O denunciado ou denunciados poderão acompanhar todas as deligências da comissão.

Artigo 26 - Findo o prazo de vinte (20) dias e concluído pela procedência das acusações, a comissão deverá apresentar, na primeira sessão ordinária subsequente, projeto de Resolução propondo a destituição do denunciado ou denunciados.

§ 1º - O projeto de resolução será submetido à discussão e votação únicas, convocando-se os suplentes do denunciantes e do denunciado ou denunciados.

§ 2º - Os Vereadores e relator da comissão processante e o denunciado ou denunciados terão cada um trinta minutos para discussão do projeto de resolução, vedada a cessão de tempo.

§ 3º - Terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente, o relator da comissão processante e o denunciado ou denunciados, obedecida, quanto aos denunciados, a ordem utilizada na denúncia.

§ 4º - Se o Plenário rejeitar o Parecer da Comissão Processante, o processo será arquivado.

Artigo 27 - A aprovação do projeto de resolução, pelo quórum " de 2/3 (dois terços) implicará o imediato afastamento do denunciado ou denunciados , devendo a resolução respectiva ser dada à publicação, pela autoridade que estiver presi -

.....

dindo os trabalhos nos termos do § 2º do Artigo 24 , dentro do prazo de quarenta e oito horas, contando da deliberação do Plenário.

TÍTULO II
DO PLENÁRIO

CAPÍTULO I
DA UTILIZAÇÃO DO PLENÁRIO

Artigo 28 - Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituido pela reunião de Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecidos neste Regimento.
§ 1º - A forma legal para deliberar é a sessão, regida pelos dispositivos referentes à matéria, estatuídos em Leis ou neste Regimento.
§ 2º - O número é o quórum determinado em lei ou neste regimento, para a realização das sessões e para as deliberações.

Artigo 29 - Na sede da Câmara não se realizarão atividades estranhas às suas finalidades, sem prévia autorização da Presidência, comunicando-se préviamente aos Vereadores.

Artigo 30 - Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.
§ 1º - A critério do Presidente, serão convocados os funcionários da Secretaria Administrativa necessários ao andamento dos trabalhos.
§ 2º - A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador , poderão assistir aos trabalhos no recinto do Plenário, autoridades federais,estaduais e municipais, personalidades homenageadas e representantes credenciados da imprensa escrita e falada, que terão lugar reservado para esse fim.

.....

§ 3° - Os homenageados poderão discursar para agradecer a saudação que lhes for feita, e por consentimento da Presidência os políticos em exercício do mandato, poderão justificar os motivos da sua presença, apresentando oficio prévio contendo a síntese do assunto.

CAPITULO II
DOS LIDERES E VICE LIDERES

Artigo 31 - Líder é o porta voz autorizado da bancada do partido que participa da Câmara.

Artigo 32 - Os Líderes e Vice- Líderes serão indicados à Mesa pelas respectivas bancadas partidárias, mediantes oficio. Se enquanto não for feita a indicação, os lideres e Vice- Líderes serão os vereadores mais votados na bancada, respectivamente..

§ 1° - Sempre que houver alteração nas indicações, deverá ser feita nova comunicação a Mesa.

§ 2° - Os Líderes serão substituídos nas suas faltas e impedimentos, pelos respectivos Vice-Líderes.

Artigo 33 - Compete ao Líder:

I - indicar os membros da bancada partidária nas comissões permanentes, bem como os seus substitutos;
II - indicar substitutos para Comissão Especial de Inquéritos no caso de afastamento de algum membro;
III - em qualquer momento da sessão, usar da palavra para tratar de assunto que por sua relevância e urgência, interesse ao conhecimento da Câmara, salvo quando se estiver procedendo à votação ou houve orador na tribuna.
IV - encaminhar a votação, nos termos previstos neste regimento;

§ 1° - No caso dos incisos III e IV deste artigo, poderá o Líder, se por motivo ponderável não lhe for possível ocupar pessoalmente a tribuna, transferir a palavra a um dos seus liderados.

§ 2° - O Líder ou orador por ele indicado que usar da faculdade estabelecida no inciso III deste artigo não poderá falar por prazo superior a 10 (dez) minutos.

§ 3° - O tempo para indicação do substituto no caso do inciso II será de 10 (dez) dias, não o fazendo o Presidente da Câmara declarará extinta a Comissão Especial de Inquérito.

Artigo 34 - A reunião de Líderes, para tratar de assunto de interesse geral, realizar-se-á por proposta de qualquer deles.

Artigo 35 - A reunião de Líderes com a Mesa, para tratar de assunto geral, far-se-á por iniciativa do Presidente da Câmara.

TITULO III

DAS COMISSÕES

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 36 - As Comissões da Câmara serão:

I - permanentes;

II - temporárias.

Artigo 37 - Assegurar-se-á nas comissões, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara Municipal.

Parágrafo Único: a representação dos partidos será obtida dividindo-se o número de membro da Câmara pelo número de membros de cada comissão e o número de vereadores de cada partido pelo resultado assim alcançado, obtendo-se, então o quociente partidário.

Artigo 38 - Poderão assessorar os trabalhos das comissões, desde que devidamente credenciados pelo respectivo Presidente, técnico de reconhecida competência na matéria em exame.

CAPÍTULO II
DAS COMISSÕES PERMANENTES
SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 39 - As Comissões Permanentes são as que existem através da legislatura e tem por objetivo estudar os assuntos submetidos aos seus exames e sobre eles exarar parecer.

Artigo 40 - Os membros das Comissões Permanentes serão nomeados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos líderes de bancada, para um período de dois anos, observada sempre a representação proporcional partidária.

Artigo 41 - Não havendo acordo, proceder-se-á escolha por eleição, votando cada Vereador em um único nome para cada comissão considerando- se eleitos os mais votados.

§ 1º - Proceder-se-á tantos escrutíneos quantos forem necessários para completar o preenchimento de todos os lugares de cada comissão.

§ 2º - Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do Partido ainda não representado na comissão.

§ 3º - Se os empatados se encontrarem em igualdade de condições,será considerado eleito o mais votado na eleição para Vereador.

§ 4º - A votação para constituição de cada uma das comissões permanentes far-se-á mediante voto a descoberto em cédula separada,impressa datilografada ou manuscrita , com a

.....

indicação do nome do votado e assinada pelo votante.

Artigo 42 - O Presidente da Câmara não poderá fazer parte das comissões permanentes.
§ 1º - O Vice-Presidente da Mesa, no exercício da Presidência nos casos de impedimento e licença do Presidente, nos termos do artigo 16 deste Regimento, será substituído nas comissões permanentes a que pertence, enquanto substituir o Presidente da Câmara.

Artigo 43 - O preenchimento das vagas nas comissões, nos casos de impedimento, destituição ou renuncia, será apenas para completar o biênio do mandato.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 44 - As comissões permanentes são 4 (quatro), composta cada uma de 3 (três) membros, com as seguintes denominações :
I - Justiça e Redação;
II - Finanças e Orçamento;
III - Obras,Serviços Públicos,Meio Ambiente e outras atividades;
IV - Educação,Saúde e Assistência Social.

Parágrafo Único : As Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe :
I - discutir e votar projeto de lei que dispensar na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;
II - receber petições,reclamações,representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

.....

b) estudar, pesquisar e debater temas relacionados com a matéria de sua competência.

Artigo 48 - Compete à Comissão de Educação,Saúde e Assistência Social emitir parecer sobre os processos referentes à educação,ensino e artes, ao patrimônio histórico, aos esportes, à higiene e saúde pública e às obras assistênciais.

SEÇÃO III

DOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DAS COMISSÕES PERMANENTES.

Artigo 49 - As comissões permanentes, logo que constituidas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes.

Artigo 50 - Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes.

I - convocar reuniões da comissão, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, avisando, obrigatóriamente, todos os integrantes da comissão, prazo este dispensado se contar o ato da convocação com a presença de todos os membros;

II - presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;

III - receber a matéria destinada à comissão e designar-lhe relator;

IV - zelar pela observância dos prazos concedidos à comissão;

V - representar a comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI - conceder vista de proposições aos membros da comissão somente para as proposições em regime de tramitação ordinária, e pelo máximo de dois (02) dias.

VII - solicitar substituto, mediante ofício à presidência da Câmara para os membros da comissão.

.....

VIII - anotar, no livro de presença da comissão, o nome dos membros que compareceram ou faltaram, e, resumidamente, a matéria tratada e conclusão a que tiver chegado a comissão, rubricando a folha ou folhas respectivas.

Parágrafo Único : As comissões permanentes não poderão reunir-se durante a fase da ordem do dia das sessões da Câmara, excetuada a urgência especial.

Artigo 51 - O Presidente da Comissão Permanente poderá funcionar como relator e terá direito a voto, em caso de empate.

Artigo 52 - Dos atos do Presidente da Comissão Permanente cabe, a qualquer membro, recurso ao Plenário, obedecendo-se o previsto no artigo 137 deste Regimento.

Artigo 53 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente da Comissão Permanente em suas ausências,faltas,impedimentos e licenças.

Artigo 54 - Quando duas ou mais comissões permanentes apreciarem qualquer matéria em reunião conjunta, a presidência dos trabalhos caberá ao mais idoso Presidente da Comissão, dentre os presentes, se desta reunião conjunta não estiver participando a comissão de Justiça e Redação, hipótese em que a direção dos trabalhos caberá ao Presidente desta Comissão.

Artigo 55 - Os Presidentes das Comissões Permanentes poderão reunir-se mensalmente sob a presidência do Presidente da Câmara para examinar assuntos de interesse comum das comissões e assentar providências sobre o melhor e mais rápido andamento das proposições.

.....

SEÇÃO IV

DOS PARECERES

Artigo 56 - Parecer é pronunciamento da comissão permanente sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

Parágrafo Único : o parecer será escrito, e constará de 3 (três) partes :

I - Exposição da matéria em exame;

II - Conclusões do Relator:

a) com sua opinião sobre a legalidade ou ilegalidade, a constitucionalidade ou inconstitucionalidade total ou parcial do projeto, se pertencer à comissão de Justiça e Redação;

b) com sua opinião sobre a conveniência e oportunidade de aprovação e rejeição total ou parcial da matéria se pertencer a alguma das demais comissões.

III - decisão da comissão, com a assinatura dos membros que votaram a favor ou contra , e o oferecimento, se for o caso, de substitutivo ou emendas.

Artigo 57 - Os membros das Comissões Permanentes emitirão seu juízo sobre a manifestação de relator, mediante voto.

§ 1º - O relatório somente será transformado em parecer, se aprovado pela maioria dos membros da comissão.

§ 2º - A simples aposição de assinatura,sem qualquer outra observação, implicará a concordância total do signatário com a manifestação do relator.

§ 3º - Poderá o membro da comissão permanente exarar voto em separado, devidamente fundamentado.

I - pelas conclusões quando favorável às conclusões do relator, mas com diversa fun-

.....

damentação;

II - aditivo, quando favorável às conclusões do relator, mas acrescente novos argumentos à sua fundamentação;

III - contrário, quando se oponha frontalmente às conclusões do relator.

§ 4º - O voto em separado, divergente ou não das conclusões do relator, desde que acolhido pela maioria da comissão, passará a constituir seu parecer.

SEÇÃO V

DAS VAGAS, LICENÇAS E IMPEDIMENTOS NAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 58 - As vagas das comissões permanentes verificar-se-ão :

I - com a renúncia;

II - com a destituição;

III - com a perda do mandato de Vereador.

§ 1º - A renúncia de qualquer membro da comissão permanente será ato acabado e definitivo, desde que manifestada por escrito, à presidência da Câmara.

§ 2º - Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, injustificadamente, a 3 (três) reuniões consecutivas, não tenha emitido parecer em tempo hábil, por qualquer comissão permanente durante o biênio.

§ 3º - As faltas às reuniões da Comissão Permanente poderão ser justificadas, no prazo de 05 (cinco) dias, quando ocorrer justo motivo, tais como : dcença,nojo ou gala desempenho de missões oficiais da Câmara ou do Município, ou outros motivos relevantes comprovados.

§ 4º - A destituição dar-se-á por simples representação de qualquer Vereador, dirigida

.....

ao Presidente da Câmara, que após comprovar a ocorrência do que dispõe o parágrafo 2º e não justificada em tempo hábil, declarará vago o cargo da Comissão Permanente.

§ 5º - O Presidente de Comissão Permanente poderá também ser destituído, quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, mediante processo sumário, iniciado por representação subscrita por qualquer Vereador, sendo-lhe facultado o direito de defesa no prazo de dez dias e cabendo a decisão final ao Presidente da Câmara.

§ 6º - O Presidente de Comissão, destituído nos termos do parágrafo anterior, não poderá participar de qualquer comissão permanente durante o biênio.

§ 7º - O Presidente da Câmara preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas comissões permanentes, de acordo com a indicação do líder do partido respectivo.

Artigo 59 - O Vereador que se recusar a participar das comissões permanentes, ou fôr renunciante ou destituído de qualquer delas, não poderá ser nomeado para integrar comissão de representação da Câmara, no período da legislatura.

Artigo 60 - No caso de licença ou impedimento de qualquer membro das comissões permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do líder do partido a que pertença o lugar.

Parágrafo Único : A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou impedimento.

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

.....

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 61 - Comissões temporárias são as constituídas com finalidades especiais e se extinguem , quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

Artigo 62 - As Comissões Temporárias poderão ser :
I - Comissões de Assuntos Relevantes;
II - Comissões de Representação;
III - Comissões Processantes;
IV - Comissões Especiais de Inquéritos.

SEÇÃO II
DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS RELEVANTES

Artigo 63 - Comissões de Assuntos Relevantes são aquelas que se destinam à elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º - As comissões de Assuntos Relevantes serão constituídas mediante apresentação de projetos de resolução, aprovado por maioria simples.

§ 2º - O Projeto de Resolução a que alude o parágrafo anterior independentemente de parecer, terá uma única discussão e votação na ordem do dia da mesma Sessão de sua apresentação.

§ 3º - O projeto de resolução que propõe a constituição de Assuntos Relevantes deverá indicar necessáriamente :

a) a finalidade, devidamente fundamentada;

b) o número de membros, não superior a cinco;

c) o prazo de funcionamento.

§ 4º - Ao Presidente da Câmara caberá indi-

.....

car os Vereadores que comporão a Comissão de Assuntos Relevantes, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§ 5° - O primeiro ou único signatário do projeto de resolução que a propôs obrigatoriamente fará parte da Comissão de Assuntos Relevantes na qualidade de seu Presidente, e seu relator será eleito pelos membros designados para Comissão.

§ 6° - Concluídos seus trabalhos, a Comissão de Assuntos Relevantes elaborará parecer sobre a matéria, o qual será protocolado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário, na primeira Sessão Ordinária subsequente.

§ 7° - Do parecer será extraída cópia ao vereador que a solicitar, pela Secretaria da Câmara.

§ 8° - Se a Comissão de Assuntos Relevantes deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento através de projeto de resolução.

§ 9° - Não caberá constituição de Comissão de Assuntos Relevantes para tratar de assuntos de competência de qualquer das comissões permanentes.

SEÇÃO III
DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 64 - As Comissões de Representação tem por finalidade representar a Câmara em atos externos de caráter social ou cultural, inclusive participação em congressos.

§ 1° - As comissões de representação serão constituídas por indicação dos Líderes das bancadas

a) o Líder, reunirá a bancada e indicará os seus representantes.

§ 2º - Qualquer que seja à forma de constituição da comissão de representação, o ato constitutivo deverá conter :

a) a finalidade;

b) o número máximo não poderá exceder a 1/3 da composição da Câmara;

c) o prazo de duração.

§ 3º - Os membros da Comissão de representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara que poderá,a seu critério integrá-la ou não observada, sempre que possível, a representação proporcional partidária.

§ 4º - A Comissão de Representação será sempre presidida pelo único ou primeiro dos signatários do ato constitutivo respectivo, quando dele não faça parte o Presidente da Câmara ou Vice-Presidente.

§ 5º - Os membros da Comissão de Representação requererão licença à Câmara, quando necessária.

§ 6º - Os membros da Comissão de Representação, deverão apresentar relatório ao Plenário das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo de 10 (dez) dias após o seu término.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES PROCESSANTES

Artigo 65 - As Comissões Processantes serão constituídas com as seguintes finalidades :

I - apurar infrações político-administrativas do Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções, nos termos da legislação pertinente.

.....

II - destituição dos membros da Mesa, nos termos dos artigos 23 a 29 deste regimento.

Artigo 66 - As Comissões Especiais de Inquéritos destinar-se ão a apurar irregularidades sobre fato determinado, que se inclua na competência municipal.

Artigo 67 - As Comissões de Inquérito serão constituídas mediante requerimento subscrito por no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único: O requerimento de constituição deverá conter:

a) a especificação do fato ou fatos a serem apurados;
b) o número de membros que integrarão a comissão, não podendo ser inferior a (três);
c) o prazo de seu funcionamento;
d) a indicação, se for o caso, dos Vereadores que servirão como testemunhas.

Artigo 68 - Apresentado o requerimento, o Presidente da Câmara nomeará, de imediato os membros da Comissão Especial de Inquérito, mediante sorteio individual de bancada por bancada, para que haja representação proporcional partidária na CEI.

Parágrafo Único: Considerem-se impedidos os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e os que foram indicados para servir com testemunhas.J

Artigo 69 - Será Presidente da Comissão Especial de Inquérito, o primeiro signatário do requerimento que a propôs.

§ 1° Os membros da Comissão elegerão o relator.

§ 2° - No caso de afastamento do Presidente, os membros da Comissão elegerão o novo Presidente.

Artigo 70 - Caberá ao Presidente da Comissão designar local, horários e data das reuniões e requisitar funcionários, se for o caso para secretariar os trabalhos da Comissão.

Parágrafo Único : A comissão poderá reunir-se em qualquer local.

Artigo 71 - As reuniões da Comissão Especial de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

Artigo 72 - Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas, e rubricadas pelo Presidente,contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

Artigo 73 - Os membros da Comissão Especial de Inquérito, no interesse da investigação, poderão , em conjunto ou isoladamente :

1 - proceder vistorias e levantamentos repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

2 - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

3 - transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, alí realizando os atos que lhe competirem.

Parágrafo Único :É de 15 (quinze) dias,prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, prazo que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelas Comissões Especiais de Inquéritos.

Artigo 74 - No exercício de suas atribuições poderão ainda as Comissões Especiais de Inquéritos , através de seu Presidente :

1 . determinar as diligências que reputarem necessárias;

2 . requerer a convocação de Secretário Municipal;

3 . tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

4 . proceder a verificação contábil em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração Direta e Indireta.

Artigo 75 - O não atendimento às determinações contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, faculta ao Presidente da Comissão solicitar, na conformidade da Legislação Federal, a intervenção do Poder Judiciário.

Artigo 76 - As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho prescritas no artigo 342 do Código Penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade onde reside ou se encontra, na forma do artigo 218 do Código de Processo Penal.

Artigo 77 - Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão ficará extinta, salvo se antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual prazo e o requerimento for aprovado pelo Plenário, em sessão ordinária ou extraordinária.

Parágrafo Único : Esse requerimento considerar-se-á aprovado se obtiver o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara.

Artigo 78 - A comissão concluirá seus trabalhos por relatório final, que deverá conter :

.....

I - a exposição dos fatos submetidos à apuração;
II - a exposição e análise das provas colhidas;
III - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
IV - a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;
V - a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal e a indicação das autoridades ou pessoas que tiverem competência para adoção das providências reclamadas.

Artigo 79 - Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, se aquele tiver sido rejeitado, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo Presidente da Comissão.

Artigo 80 - O relatório será assinado primeiramente por quem o redigiu, em seguida, pelos demais membros da Comissão.

Parágrafo Único; Poderá o membro da comissão exarar voto em separado nos termos dos §§ 3° e 4° do artigo 57 deste regimento.

Artigo 81 - Elaborado e assinado o relátorio final, será protocolado na fase do expediente da primeira sessão ordinária subsequente.

Artigo 82 - A Secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da comissão especial de inquérito ao Vereador que a solicitar independentemente de requerimento.

Artigo 83 - O relatório final da Comissão Especial de Inquérito, deverá ser discutido e votado na Ordem do Dia da 1ª (primeira) sessão ordinária após a sua leitura.

Parágrafo Único: se rejeitado será arquivado e se aprovado atender-se-à ao disposto no inciso V do artigo 78.

TITULO V
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS
CAPITULO I
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

Artigo 84 - A Legislatura compreenderá sessões legislativas de acordo com mandato, com inicio cada uma a 15 de fevereiro e término em 15 de dezembro de cada ano, ressalvada a de inauguração da legislatura, que inicia em 01 de janeiro.

Artigo 85 - Serão considerados como de recesso legislatura os períodos de 16 de dezembro a 14 de fevereiro e de 01 a 31 de julho de cada ano.

Artigo 86 - Sessão Legislativa Ordinária é correspondente ao período normal de funcionamento da Câmara durante o ano.

Artigo 87 Sessão Legislativa Extraordinária é a correspondente ao funcionamento da Câmara no período do recesso, ou durante o período legislativo se for necessário.

CAPITULO II
DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 88 - As Sessões da Câmara são as reuniões que a Câmara realiza quando do seu funcionamento e poderão ser:

I - ordinárias;
II - extraordinárias;
III - solenes..

Artigo 89 - As sessões da Câmara, excetuadas as sole - nes, só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

SEÇÃO II
DA DURAÇÃO DAS SESSÕES

Artigo 90 - As Sessões da Câmara terão a duração máxima de 4 (quatro) horas, podendo ser prorrogadas por deliberação do Presidente, ou a requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.
Parágrafo Único : os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados a partir de dez minutos antes do término da Sessão.

Artigo 91 - As disposições contidas nesse artigo não se aplicam às sessões solenes.

SEÇÃO III
DA PUBLICIDADE DAS SESSÕES

Artigo 92 - Será dada publicidade às Sessões da Câmara, facilitando-se o trabalho da imprensa, publicando-se a pauta e o resumo dos trabalhos no jornal oficial.
§ 1º - Jornal Oficial da Câmara é o que tiver vencido a licitação dos atos oficiais do Legislativo.
§ 2º - Não havendo jornal oficial a publicação será feita por afixação, em local próprio na séde da Câmara.

Artigo 93 - Poderão também os debates da Câmara, a critério da Presidência, serem irradiados por emissora local, que será considerada oficial, se vencer a licitação para essa trans -

.....

Missão.

SEÇÃO IV
DAS ATAS DAS SESSÕES

Artigo 94 - De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo resumidamente os assuntos tratados.

§ 1° - Os documentos apresentados em Sessão e as proposições, serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Câmara.

§ 2° - A transcrição de declaração de voto, feita resumidamente por escrito, deve ser requerida ao Presidente.

§ 3° - A ata da sessão anterior será discutida e votada na fase do expediente da sessão subsequente, podendo ser efetuada a leitura, por força de requerimento verbal, apresentado em Plenário, desde que aprovado pela maioria absoluta dos vereadores.

§ 4° - A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente invalida, por não descrever os fatos e situações realmente ocorridos mediante requerimento de invalidação.

§ 5° - Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equivoco parcial.

§ 6° - Cada Vereador poderá falar uma vez e por 5 (cinco) minutos sobre a ata, para pedir a sua retificação ou impugnação.

§ 7° - Feita a impugnação o Plenário deliberará a respeito. Aceita a impugnação será lavrada nova ata.

§ 8° - Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

Artigo 95 - A ata da ultima Sessão de cada legislatura, será redigida e submetida à aprovação do Plenário, com qualquer número antes de encerrar a sessão.

SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINARES

Artigo 96 - As Sessões Ordinárias serão semanais, realizando-se às TERÇAS - FEIRAS, com início às 20:00, com tolerância de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo Único: No caso da terça -feira ser feriado, a sessão ordinária será realizada no primeiro dia útil subsequente.

Artigo 97 - As sessões Ordinárias compõem-se de quatro partes a saber:

I - TEMA LIVRE;
II - EXPEDIENTE;
III - ORDEM DO DIA;
IV - EXPLICAÇÃO PESSOAL.

Artigo 98 - O Presidente declarará aberta a Sessão, à hora do inicio dos trabalhos, após verificado pelo 1° Secretário no livro de presença, o comparecimento de 1/3 (um terço) dos vereadores da Câmara.

§ 1° - Não havendo número legal para instalação, o Presidente aguardará quinze minutos, após o que declarará prejudicada a sessão, lavrando-se ata resumida do ocorrido, que independerá de aprovação.

§ 2° - Instalada a Sessão, mas não constatada a presença da maioria absoluta dos vereadores, não poderá haver qualquer deliberação, na fase do Expediente, passando-se imediatamente, após a leitura da ata e do expediente, à fase reservada ao uso da tribuna.

§ 3° - As matérias constante do Expediente inclusive a ata da sessão anterior e or

dem do dia que não forem votadas em virtude da ausência da maioria absoluta dos Vereadores passarão para o Expediente da Sessão Ordinária seguinte.

§ 4º - A verificação de presença poderá ocorrer em qualquer fase da sessão, a requerimento de Vereador ou por iniciativa do Presidente, e sempre será feita nominalmente, constando de ata os nomes dos ausentes.

SUBSEÇÃO II

DOS EXPEDIENTES

Artigo 99 - O Expediente consta de : Expediente Geral e do Expediente da Presidência e destina - se à leitura, discussão e votação de pareceres , requerimentos e moções , à apresentação de proposições pelos Vereadores e ao uso da tribuna.

Artigo 100 - Instalada a Sessão e inaugurada a fase do expediente, o Presidente determinará ao 2º Secretário a leitura da ata da Sessão Anterior.

Artigo 101 - Lida ,discutida e votada a ata, o Presidente franqueará a tribuna aos Vereadores para seu uso em TEMA LIVRE.

Parágrafo Único : O prazo para o orador usar a tribuna será de 10 minutos.

Artigo 102 - Concluído o uso da tribuna em TEMA LIVRE o Presidente determinará ao 1º Secretário a leitura da matéria do EXPEDIENTE EM GERAL devendo ser obedecido a seguinte ordem :

I - Expediente recebido do Prefeito;

II - Expediente recebido de diversos;

III - Expediente apresentado pelos Vereadores.

§ 1º - Na leitura das proposições, obedecer-se-á a seguinte ordem :

.....

a) veto;
b) projeto de Lei;
c) projeto de Decreto Legislativo;
d) projeto de Resolução;
e) substitutivo;
f) emenda e subemenda;
g) parecer;
h) moção;
i) requerimento;
j) indicação;
l) recurso.

§ 2º - Dos documentos apresentados no expediente serão fornecidas cópias, quando solicitadas pelos interessados.
§ 3º - A letra " i " será discutido e votado no ato da apresentação.

Artigo 103 - Terminada a leitura das matérias mencionadas no artigo anterior, o Presidente determinará a leitura do EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA.

Artigo 104 - Terminada a leitura da matéria sobre o expediente da presidência, o Presidente franqueará a tribuna aos Vereadores para discursarem sobre os ASSUNTOS DO EXPEDIENTE pelo prazo de 10 minutos com aparte.

SUBSEÇÃO III
DA ORDEM DO DIA

Artigo 105 - Ordem do Dia é a fase da Sessão onde serão discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta.

Artigo 106 - A pauta da Ordem do Dia, que deverá ser organizada quarenta e oito horas antes da sessão, obedecerá a seguintes disposição.

a) matérias em regime de urgência especial;

.....

b) vetos;
c) matérias em Redação Final;
d) matérias em discussão e votação única.

§ 1º - Obedecida esta classificação, as matérias figurarão ainda, segundo a ordem cronológica de antiguidade.

§ 2º - A disposição das matérias na ordem do dia só poderá ser interrompida ou alterada por requerimento de urgência especial, de preferência ou de adiamento, apresentado no expediente.

§ 3º - A secretaria fornecerá aos Vereadores cópias das proposições e pareceres, bem como a relação da ordem do dia correspondente até vinte e quatro horas antes do início da sessão, ou somente da relação da ordem do dia se as proposições e pareceres já tiverem sido dados à publicação anteriormente.

Artigo 107 - Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na ordem do dia, com antecedência de até quarenta e oito horas do início das sessões, ressalvados os casos de inclusão automática, os de tramitação em regime de urgência especial e os de convocação extraordinária da Câmara.

Artigo 108 - A ordem do dia somente será iniciada se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores, não havendo número legal, a sessão será encerrada.

Artigo 109 - O Presidente anunciará o ítem da pauta que se tenha de discutir e votar, determinando ao 1º Secretário que proceda à sua leitura.

Artigo 110 - A discussão e votação das matérias propostas será feita na forma determinada nos

.....

capítulos referentes ao assunto.

Artigo 111 - Não havendo mais matéria sujeita à deliberação do Plenário na Ordem do Dia, o Presidente declarará aberta a fase da EXPLICAÇÃO PESSOAL.

SUBSEÇÃO
DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Artigo 112 - Explicação Pessoal é a fase destinada à manifestação dos Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

Parágrafo Único : O orador terá o prazo máximo de 10 (dez) minutos, para uso da palavra e não poderá desviar-se da finalidade da Explicação Pessoal, nem ser aparteado.

Em caso de infração, o orador será advertido pelo Presidente e, na reincidência terá a palavra cassada.

Artigo 113 - O Presidente declarará encerrada a Sessão , ainda que antes do prazo regimental de encerramento, se não houver mais oradores para falar.

SEÇÃO V

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA.

Artigo 114 - Além das disposições contidas na Lei Orgânica as Sessões Extraordinárias poderão realizar-se a qualquer hora e dia, de acordo com a convocação.

Artigo 115 - Na Sessão Extraordinária não haverá parte do Expediente, nem Explicação Pessoal, sendo todo o seu tempo destinado à Ordem do Dia.

Parágrafo Único : Aberta a Sessão Extraordinária, com a presença de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e não contando, após a tolerância de quinze minutos, com a maioria absoluta, discussão e votação das proposições, o Presidente encerrará os trabalhos, determinando a lavratura da respectiva ata, que independerá de aprovação.

Artigo 116 - Só poderão ser discutidas e votadas , nas sessões extraordinárias,as proposições que tenham sido objeto da convocação.

SEÇÃO VI

DAS SESSÕES NA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Artigo 117 - Além do disposto na Lei Orgânica do Município, se a convocação ocorrer fora da sessão, a comunicação aos Vereadores deverá ser pessoal e por escrito, devendo ser-lhes encaminhada vinte e quatro horas, no máximo, após o recebimento do ofício de convocação.

§ 1º - A Câmara poderá ser convocada para uma única sessão, para um período determinado de várias sessões em dias sucessivos, ou para todo o período de recesso.

§ 2º - Se do ofício de convocação não constar o horário da Sessão ou das Sessões a serem realizadas, será obedecido o previsto no artigo 96 deste regimento para as sessões ordinárias.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara implicará a imediata inclusão do projeto, constante da convocação, na ordem do dia, dispensadas todas as formalidades regimentais anteriores.

§ 4º - A sessão será suspensa por trinta minutos após a sua leitura e antes de ini-

.....

ciada a fase da discussão, para a apreciação das comissões.

SEÇÃO VII
DAS SESSÕES SOLENES

Artigo 118 - As Sessões Solenes serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, mediante nesse último caso, requerimento aprovado por maioria simples, destinando-se às solenidades cívicas e oficiais.

§ 1º - Não haverá expediente, ordem do dia e explicação pessoal nas sessões, sendo inclusive, dispensadas verificação de presença e a leitura da ata da sessão anterior.

§ 2º - Nas Sessões Solenes, não haverá tempo determinado para o seu encerramento.

§ 3º - Será elaborado, previamente e com ampla divulgação, o programa a ser obedecido na Sessão Solene, podendo, inclusive, usarem da palavra autoridades,homenageados e representantes de classe e de associações, sempre a critério da Presidência da Câmara, de acordo com o § 3º do artigo 30.

§ 4º - Na elaboração do programa a ser obedecido na sessão solene, a Mesa Diretora determinará o tempo para o uso da tribuna.

§ 5º - O Presidente comunicará ao Prefeito , Vice-Prefeito e Vereadores eleitos, o dia e a hora da Sessão Solene de posse e instalação da legislatura, conforme disposto em lei.

TÍTULO VI
DAS PROPOSIÇÕES
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 119 - Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário.

.....

§ 1º - As proposições poderão consistir em :

a) veto;
b) projeto de Lei;
c) projeto de Decreto Legislativo;
d) projeto de Resolução;
e) substitutivo;
f) emenda e subemenda;
g) parecer;
h) moção;
i) requerimento;
j) indicação;
l) recurso.

§ 2º - As proposições deverão ser dirigidas em termos claros devendo conter ementa de seu assunto.

§ 3º - Somente serão incluídas no Expediente em Geral, as proposições apresentadas até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da Sessão, exceto os requerimentos de urgência especial.

SEÇÃO I
DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 120 - As proposições iniciadas por Vereador serão apresentadas pelo seu autor à Mesa da Câmara ou na Secretaria Administrativa.

Parágrafo Único : As proposições iniciadas pelo Prefeito serão apresentadas e protocoladas na Secretaria Administrativa.

SEÇÃO II
DO RECEBIMENTO DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 121 - A Presidência deixará de receber qualquer proposição :

I - que seja anti-regimental;

II - que seja apresentada por Vereador ausente à Sessão, salvo requerimento de licença

por moléstia devidamente comprovada;

III - que tenha sido rejeitada ou vetada na mesma sessão legislativa;

IV - que, contendo matéria de indicação, seja apresentada em forma de requerimento.

Parágrafo Único : Da decisão do Presidente caberá recurso, que deverá ser apresentado pelo autor dentro de 10 (dez) dias e encaminhado pelo Presidente à Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer, em forma de projeto de resolução, será incluído na ordem do dia e apreciado pelo Plenário.

Artigo 122 - Considerar-se-á autor da propositura, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira.

SEÇÃO III

DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES

Artigo 123 - A retirada de proposição, em curso na Câmara, é permitida :

a) quando de autoria de um ou mais Vereadores, mediante requerimento do único signatário ou do primeiro deles;

b) quando de autoria da comissão, pelo requerimento da maioria de seus membros;

c) quando de autoria da Mesa, mediante o requerimento da maioria de seus membros;

d) quando de autoria do Prefeito, por requerimento subscrito pelo Chefe do Executivo.

§ 1º - O requerimento de retirada de proposições só poderá ser recebido antes de iniciada a votação da matéria.

§ 2º - Se a proposição ainda não estiver incluída na ordem do dia, caberá ao Presidente apenas determinar o seu arquivamento.

§ 3º - Se a matéria já estiver na ordem do dia caberá ao Plenário a decisão sobre o re-

.....

querimento

§ 4º - As Assinatura de apoio a uma proposição, quando constituírem "quórum" para apresentação, não poderão ser retiradas após o seu encaminhamento à Mesa ou seu protocolamento na Secretaria Administrativa.

SEÇÃO IV
DO ARQUIVAMENTO E DO DESARQUIVAMENTO

Art. 124 - No inicio de cada Legisltura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na Legislatura anterior, ainda não submetidas à apreciação do Plenário.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica aos Projetos de Lei com prazo fatal para deliberação, de autoria do Executivo, que deverá preliminarmente, ser consultado a respeito.

Art. 125 - Cabe a qualquer Vereador, mediante requerimento dirigido ao Presidente, solicitar o desarquivamento de projeto e o reinício de tramitação regimental, com exceção daqueles de autoria do Executivo, que só ele poderá fazê-lo.

SEÇÃO V
DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 126 - As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

I - urgência especial;
II - urgência;
III - ordinária.

Art. 127 - A urgência especial é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e parecer, para que determinado veto, projetos e suas emendas sejam imediatamente considerado, a fim de evitar grave prejuízo ou perda de sua oportunidade.

Artigo 128 - Para concessão deste regime de tramitação serão, obrigatoriamente, observadas as seguintes normas e condições:

I a concessão de urgência especial dependerá de apresentação de requerimento escrito, com a necessária justificativa, e nos seguintes casos:
a) pela Mesa, em proposição de sua autoria;
b) por 1/3 (um terço) no mínimo dos Vereadores;
II - o requerimento de urgência especial deverá ser apresentado e votado no expediente.

Parágrafo Único - O requerimento de urgência especial deverá ser especifico a cada projeto, devendo ser assinado por apenas um vereador.

Artigo 129 - A matéria, submetida ao regime de urgência especial devidamente instruída com os pareceres das comissões ou parecer do Relator Especial, entrará imediatamente em discussão e votação com preferencia sobre todas as demais matéria da ordem do dia.

Artigo 130 - O regime de Urgência, implica redução dos prazos regimentais e se aplica somente aos projetos de autoria do Executivo submetidos ao prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para apreciação.

§ 1° - Os projetos submetidos ao Regime de Urgência serão enviados às comissões permanentes pelo Presidente, dentro do prazo de 3 (três) dias da entrada na secretaria da Câmara, independente da leitura no expediente da Sessão.

§ 2° - O Presidente da Comissão Permanente, terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para designar relator, a contar da data do recebimento.

§ 3° - O relator designado terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar parecer, findo o qual sem que o mesmo tenha sido apresentado, o Presidente da Comissão Permanente..

avocará o processo e emitirá parecer.
§ 4º - A comissão permanente terá o prazo total de 6 (seis) dias para exarar seu parecer, a contar do recebimento da matéria.
§ 5º - Findo o prazo para a comissão competente emitir o seu parecer, o processo será enviado a outra comissão permanente.

Artigo 131 - A tramitação ordinária aplica-se às proposições que não estejam submetidas ao Regime de Urgência Especial ou ao Regime de Urgência.

CAPÍTULO II
DOS PROJETOS

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 132 - A Câmara exerce sua função legislativa por meio de :
I - projeto de Lei;
II - projeto de Decreto Legislativo;
III - projeto de Resolução;
Parágrafo Único : São requisitos dos projetos :
a) Ementa de seu conteúdo;
b) Enunciação exclusivamente da vontade legislativa;
c) divisão em artigos numerados,claros e concisos;
d) menção da revogação das disposições em contrário, quando for o caso;
e) assinatura do autor;
f) justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentam a adoção da medida proposta.

SEÇÃO II
DO PROJETO DE LEI

.....

Artigo 133 - Projeto de Lei é proposição que tem por finalidade regular toda a matéria de competência da Câmara e sujeita à sanção do prefeito.

Parágrafo Único: A iniciativa dos Projetos de Leis será;

I - do Vereador;

II - da Mesa Diretora;

III - do Prefeito;

IV - de iniciativa popular.

Artigo 134 - Projeto de Lei que receber parecer contráario quanto ao mérito, de todas as comissões permanentes a que foi distribuído, será tido como rejeitado.

§ 1° - Dá decisão da comissão, caber recurso dentro de três (3) dias, contados da leitura em plenário, desde que formulado por 1/3 dos vereadores

§ 2° - O recurso será lido em Plenário e submetido a uma única discussão e votação, na ordem do dia da primeira Sessão Ordinária a se realizar após a sua leitura.

SEÇÃO III
DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 135 - Projeto de Decreto Legislativo é a proposição de competência privativa da Câmara, não sujeito á sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara.

§ 1° Constitui matéria de Decreto Legislativo:

a) fixação dos subsídios e verba de representação do prefeito e, se for o caso, do Vice Prefeito;

b) concessão de licença ao Prefeito;

c) autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;

d) concessão de títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que, reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município.

§ 2° - Será de exclusiva competência da Mesa apresentação dos projetos de Decretos Legislativo a que se referem as alíneas "b" e "c" do parágrafo anterior. Os demais poderão ser

de iniciativa da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores.

§ 3° - Constituirá Decreto Legislativo, a ser expedido pelo Presidente da Câmara, independentemente de projeto anterior o ato relativo a cassação do mandato do Prefeito.

SEÇÃO IV
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO

Art. 136 - Projeto de Resolução é proposição destinada a regular assuntos internos da Câmara, de natureza politico-administrativa, e versará sobre a sua secretaria, a Mesa e os Vereadores.

§ 1° - Constitui matéria de projeto de resolução:

a) destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros ;

b) fixação da remuneração dos Vereadores, para vigorar na Legislatura seguinte:

c) fixação de Verba de representação do Presidente da Câmara;

d) elaboração e reforma do Regimento Interno;

e) julgamento de recursos;

f) organização dos serviços administrativos sem criação de cargos;

g) demais atos de economia interna da Câmara

§ 2° - A iniciativa do projeto de resolução poderá ser da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores, sendo exclusiva da Comissão de Justiça e Redação a iniciativa do projeto previsto na alínea "e" do parágrafo anterior.

§ 3° - Os projetos de resolução deverão ser apreciados dentro de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento.

§ 4º - Constituirá Resolução a ser expedida pelo Presidente da Câmara, independentemente de projeto anterior, o ato relativo à cassação do mandato de Vereador.

SUBSEÇÃO ÚNICA
DOS RECURSOS

Artigo 137 - Os recursos contra atos do Presidente, da Mesa da Câmara ou de Presidente de Comissões, serão interpostos dentro de 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência, por simples petição dirigida à Presidência, sendo que os recursos referentes ao inciso I e IV do artigo 44 § Único deverão ser interposto dentro de três dias, contados da data da ocorrência, por simples petição dirigida à Presidência, por um décimo dos membros da Casa, e este deverá ser acolhido, sendo o mesmo submetido a uma única discussão e votação, na ordem do dia da primeira sessão ordinária a se realizar após a sua leitura.
§ 1º - O recurso será encaminhado à comissão de justiça e redação, para opinar e elaborar projeto de resolução.
§ 2º - Apresentado o parecer, em forma de projeto de resolução acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo submetido a uma única discussão e votação , na ordem do dia da primeira sessão ordinária a se realizar após a sua leitura.
§ 3º - Aprovado o recurso, o recorrido deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumprí-la fielmente, sob pena de se sujeitar a processo de destituição.
§ 4º - Rejeitado o recurso, a decisão recorrida será integralmente mantida.

CAPÍTULO III
DO SUBSTITUTIVO ,EMENDA E SUBEMENDA

.....

Artigo 138 - Substitutivo é o Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução, apresentado por Vereador ou Comissão para substituir outro já em tramitação sobre o mesmo assunto.

§ 1º - É permitido a cada Vereador e a cada Comissão apresentar apenas um substitutivo ao mesmo projeto.

§ 2º - Apresentado o substitutivo por comissão competente, será enviado às outras comissões que devam ser ouvidas a respeito e será discutido e votado, preferencialmente, antes do projeto original.

§ 3º - Apresentado o substitutivo por Vereador, será enviado as comissões competentes e será discutido e votada, preferencialmente, antes do projeto original.

§ 4º - Rejeitado o substitutivo, o projeto original tramitará normalmente.Aprovado o substitutivo , o projeto original ficará prejudicado.

Artigo 139 - Emenda é a proposição apresentada ao Presidente como acessória de outra, por um Vereador ou Comissão.

§ 1º - As emendas podem ser : supressivas , substitutivas,aditivas ou modificativas.

I - Emenda supressiva é a que manda suprimir em parte ou o todo, o artigo, parágrafo, inciso, alínea ou ítem do projeto;

II - Emenda substitutiva é a que deve ser colocada em lugar do artigo, parágrafo,inciso, alínea ou ítem do projeto;

III - Emenda aditiva é a que deve ser acrescentadas aos termos do artigo, parágrafo , inciso, alínea ou ítem do projeto;

IV - Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, parágrafo, inciso, alínea ou ítem sem alteração a sua substância.

.....

§ 2º - A emenda, apresentada a outra, denomina-se subemenda.

§ 3º - As emendas e subemendas recebidas pela Mesa serão encaminhadas às comissões de mérito para apreciação e emissão de parecer para posterior discussão e votação do Plenário e aprovado, o Projeto será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação para ser novamente redigido na forma do aprovado, com redação final.

Artigo 140 - Os substitutivos, emendas e subemendas serão recebidos pela Mesa até a discussão do Projeto original.

Artigo 141 - Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição original.

§ 1º - O autor do projeto ao qual o Presidente tiver recebido substitutivo, emenda ou subemendas estranho ao seu objeto,terá o direito de recorrer ao Plenário da decisão do Presidente.

§ 2º - Idêntico direito de recurso contra ato do Presidente que não receber o substitutivo, emendas ou subemendas, caberá ao seu autor.

§ 3º - As emendas e substitutivos que não se referirem diretamente à matéria do Projeto não serão aceitos.

CAPÍTULO IV
DOS PARECERES A SEREM DELIBERADOS

Artigo 142 - Serão discutidos e votados os pareceres das Comissões processantes, da Comissão de Justiça e Redação e do Tribunal de Contas, nos seguintes casos :

I - Das Comissões Processantes :

.....

a) no processo de destituição de membros da Mesa;

b) no processo de cassação de Prefeito e Vereadores.

II - Da Comissão de Justiça e Redação :

a) que concluírem pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de algum projeto.

III - Do Tribunal de Contas :

a) sobre as contas do Prefeito;

b) sobre as contas da Mesa da Câmara.

§ 1º - Os pareceres das comissões serão discutidos e votados na Ordem do Dia de sua apresentação.

§ 2º - Os pareceres do Tribunal de Contas serão discutidos e votados segundo previsto no título pertinente deste regimento.

CAPÍTULO V

DOS REQUERIMENTOS

Artigo 143 - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito formulado sobre qualquer assunto, que implique decisão ou resposta.

Parágrafo Único : Tomam a forma de Requerimento escrito, mas independem de decisão, os seguintes atos:

a) retirada de proposição ainda não incluída na Ordem do Dia;

b) constituição de Comissão Especial de Inquérito desde que formulada por 1/3 (um terço) dos Vereadores;

c) votação em Plenário de emenda ao Projeto de orçamento aprovada ou rejeitada na Comissão de Finanças e Orçamento, desde que formulado por 1/3 (um terço) dos Vereadores.

Artigo 144 - Serão decididos pelo Presidente da Câmara, e formulados verbalmente, os Requerimentos que solicitem :

I - a palavra ou a desistência dela;

.....

II -permissão para falar sentado;
III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
IV - informações sobre trabalhos em pauta;
V - verificação de presença;
VI - pedido de votação pelo processo nominal nas matérias para as quais este Regimento prevê o processo de votação simbólica;
VII - para declaração de voto;
VIII - inserção de documento em ata;
IX - retificação da ata.

Artigo 145 - Serão decididos pelo Presidente da Câmara, e escritos os Requerimentos que solicitem:

I - vista de processos em andamento;
II - preferencia na discussão e votação de uma proposição sobre outra;
III - desarquivamento de projetos nos termos do artigo 124 deste regimento;
IV - requisição de documento ou processo relacionado com alguma proposição;
V - audiência de comissão, quando o pedido for apresentado por outra;
VI - juntada ou desantranhamento de documentos;
VII - informações, em caráter oficial, sobre atos da Mesa, da Presidência, ou da Câmara;
VIII - requerimento de reconstituição de processos;
IX - destaque de matéria para votação;
X - retirada de proposições já incluídas na ordem do dia, formulada pelo seu autor;
XI - informações ao Prefeito sobre assuntos determinado relativo à Administração Municipal.
XII - inserção em ata de Voto de Profundo Pesar (falecimento).

Artigo 146 - Serão decididos pelo Plenário e formulados verbalmente os requerimentos que solicitem:

I - invalidação de ata, quando impugnada;
II - dispensa da leitura de determinada matéria , da ata ou de todos os constantes na ordem.

do dia, ou da redação final;
III - adiamento da discussão ou da votação de qualquer proposição;
IV - reabertura de discussão.

Parágrafo Único: O requerimento de invalidação da ata será discutido e votado na fase do expediente da Sessão Ordinária ou na ordem do dia da Sessão Extraordinária em que for deliberada a ata, os demais serão discutidos e votados no inicio ou no transcorrer da Ordem do Dia da mesma Sessão de sua apresentação.

Artigo 147 - Serão decididos pelo Plenário, e, escritos, os requerimentos que solicitem:
I - vista de processos, observado o previsto no artigo 159 deste regimento;
II - prorrogação de prazo para comissão especial de inquérito concluir seus trabalhos nos termos do artigo 77 deste regimento;
III - urgência especial;
IV - constituição de precedentes;
V - licença de vereador;
VI - convocação de secretários do município, diretores, coordenadores e assessores;
VII - inserção em ata de voto de louvor jubilo ou congratulações.

Artigo 148 - O requerimento verbal de adiamento da discussão e o escrito de vista de processos deve ser formulados por prazo determinado, devendo coincidir o seu término com data da Sessão Ordinária subsequente.

Artigo 149 - As representações de outra edilidade solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto serão lidas nas fase do Expediente em Geral; e serão encaminhadas as comissões de mérito, que deverão discutí-las e votá-las.

Parágrafo Único: Decorrido os prazos sem as respectivas discussões e votações, entrará a proposição para discussão e votação na sessão subsequente.

CAPÍTULO VI
DAS INDICAÇÕES

Artigo 150 - Indicação é o ato escrito em que o Vereador sugere medidas de interesse público às autoridades competentes.

Artigo 151 - As indicações serão lidas no expediente e encaminhadas de imediato a quem de direito.

CAPÍTULO VII
DAS MOÇÕES

Artigo 152 - Moções são proposições da Câmara a favor ou contra determinado assunto.

§ 1º - As moções podem ser :

I - PROTESTO;

II - REPÚDIO;

III - APOIO.

§ 2º - As moções serão lidas no expediente em geral e encaminhadas as comissões de mérito que deverá emitir parecer no prazo de 05 dias corridos.

§ 3º - Decorrido o prazo sem os respectivos pareceres, entrará para discussão e votação na Sessão subsequente, independente de parecer.

§ 4º - Igual procedimento deverá ser adotado a moções apresentadas por outras Câmaras Municipais.

§ 5º - As moções apresentadas por esta edilidade se contiverem assinaturas de 2/3 (dois terços) dos Vereadores,serão lidas, discutidas e votadas na fase do expediente da mesma sessão de sua apresentação, dispensado o disposto no parágrafo 2º.

TÍTULO VII
DO PROCESSO LEGISLATIVO

CAPITULO I

DA AUDIÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Artigo 153 - Recebido qualquer proposição, o Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de 02 (dois) dias para designar relator, podendo reservá-lo a sua própria consideração.

§ 1° - O relator designado terá o prazo de 7 (sete) dias para a apresentação de parecer.

§ 2° - Findo o prazo, sem que o parecer seja apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá o parecer.

§ 3° - A Comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias para emitir parecer, a contar do recebimento da matéria.

§ 4° - Esgotados os prazos concedidos ás comissões, o Presidente da Câmara designará RELATOR ESPECIAL, para exarar parecer no prazo improrrogável de 6 (seis) dias.

Artigo 154 - Quando a propositura for distribuída a mais de uma comissão, cada qual dará o seu parecer separadamente, sendo a Comissão de Justiça e Redação sempre ouvida em primeiro lugar.

§ 1° - Concluindo a Comissão de Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de projetos, emendas ou subemendas, as referidas proposituras serão tidas como rejeitadas.

§ 2° - Da decisão da Comissão de Justiça e Redação caberá recurso dentro de três (3) dias contados da data da ocorrência, desde que formulado por 1/3 dos vereadores.

§ 3° - O recurso de que trata o parágrafo anterior deverá ser fundamentado.

§ 4° - O recurso obedecerá os tramites estabelecido nos § § 1° a 4° do artigo 137.

Artigo 155 - Por entendimento entre os respectivos Presidentes, duas ou mais Comissões poderão apreciar matéria em conjunto presididas pelo mais idoso de seus Presidentes, ou pelo Presidente da Comissão de Justiça e Redação, se este fizer parte da reunião.

CAPÍTULO II
DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SUBSEÇÃO I
DA PREJUDICABILIDADE

Artigo 156 - Na apreciação pelo Plenário consideram-se prejudicadas e assim serão declaradas pelo Presidente, que determinará seu arquivamento :

I - a discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado;

II - a proposição original, com as respectivas emendas ou subemendas, quando tiver substitutivo aprovado;

III - a emenda ou subemenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada;

IV - o requerimento com a mesma finalidade já aprovada ou rejeitada, salvo se consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificações da situação de fato anterior.

SUBSEÇÃO II
DO DESTAQUE

Artigo 157 - Destaque é o ato de separar do texto um dispositivo ou uma emenda a ele apresentada, para possibilitar a sua apreciação isolada pelo Plenário.

.....

Parágrafo Único : O destaque deve ser requerido por Vereador e implicará a preferência na discussão da emenda ou dispositivo destacado sobre os demais do texto original.

SUBSEÇÃO III
DA PREFERÊNCIA

Artigo 158 - Preferência é a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra, mediante requerimento ao Presidente.

Parágrafo Único : Terão preferência para discussão e votação, independentemente de requerimento, as emendas supressivas, os substitutivos, o requerimento de licença de Vereador, o Decreto Legislativo concessivo de licença ao Prefeito e requerimento de adiamento que marque prazo menor.

SUBSEÇÃO IV
DO PEDIDO DE VISTA

Artigo 159 - O Vereador poderá requerer vista de processo relativo a qualquer proposição, desde que essa esteja sujeita ao regime de tramitação ordinária.

Parágrafo Único : O requerimento de vista deve ser escrito e deliberado pelo Plenário , não podendo o seu prazo exceder o período de tempo correspondente ao intervalo entre uma Sessão Ordinária e outra.

SUBSEÇÃO V
DO ADIAMENTO

Artigo 160 - O requerimento de adiamento da discussão ou da votação de qualquer proposição estará sujeito à deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto no início da Ordem do dia ou durante a discussão da proposição a que se refere.

§ 1º - A apresentação do requerimento não pode interromper o orador que estiver com a palavra e o adiamento deve ser proposto por tempo determinado, contado em sessões.

§ 2º - Apresentados 2 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3º - Somente será admissível o requerimento de adiamento da discussão ou da votação de Projetos, quanto estes estiverem sujeitos ao regime de tramitação ordinária.

SEÇÃO II
DOS DEBATES

Artigo 161 - Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.

Parágrafo Único : Terão discussão e votação todas as demais proposições, com exceção daquelas que em razão da matéria de sua competência, serão discutidas e votadas pelas comissões :

I - Projeto de Lei que :

a) alteram a denominação de próprios,vias e logradouros públicos;

b) oficializem a denominação de próprios,vias e logradouros públicos.

II - Requerimentos e Moções :

a) de apoio,repúdio e protesto de outras e desta Câmara.

Artigo 162 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender às seguintes determinações :

I - falar em pé, salvo quando enfermo devendo, nesse caso, requerer ao Presidente autorização para falar sentado.

II - dirigir-se sempre ao Presidente da Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder aparte;

.....

III - não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente;
IV - referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Senhor ou Excelência.

Art. 163 - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador que interrompa o seu discurso, nos seguintes casos:

I - para comunicação importante à Câmara;
II - para recepção de visitantes;
III - para atender a pedido de palavras "PELA ORDEM" para propor questão de ordem regimental.

Art. 164 - Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á obedecendo a seguinte ordem de preferência.

I - ao autor do substitutivo ou do projeto;
II - ao relator de qualquer comissão;
III - ao autor de emenda ou subemenda.

SUBSEÇÃO I
DO APARTES

Art. 165 - Aparte é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1° - O aparte deve ser breve e expresso em termos corteses.
§ 2° - Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador.
§ 3° - Não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala pela ordem, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou declaração de voto.
§ 4° - Quando o orador negar o direito de apartear, não lhe será permitido dirigir-se diretamente ao Vereador que solicitou o aparte.
§ 5° - Quando o orador informar ao Vereador aparteante que permitirá o aparte posteriormente, e encerrar o pronunciamento e não permitir, o Presidente dará 02 (dois) minutos para que o Vereador faça o aparte solicitado.

SEÇÃO III
DAS VOTAÇÕES
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 166 - Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta a sua vontade.

§ 1º - Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

§ 2º - A discussão e a votação de matéria pelo Plenário, constante da Ordem do Dia, só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º - Aplica-se às matérias sujeitas à votação no Expediente o disposto no presente artigo.

§ 4º - Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, esta será prorrogada, independentemente de requerimento, até que se conclua a votação da matéria, ressalvada a hipótese da falta de número para deliberação, caso em que a sessão, será encerrada imediatamente.

Artigo 167 - O Vereador presente à Sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém abster- se quando tiver interesse pessoal na delibera - ção, sob pena de nulidade da votação, quando seu voto for decisivo.

§ 1º - O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida comunicação ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de " quórum ".

§ 2º - O impedimento poderá ser arguido por qualquer Vereador cabendo a decisão ao Presidente.

.....

SUBSEÇÃO II
DO QUORUM DE APROVAÇÃO

Artigo 168 - As deliberações do Plenário serão tomadas :
I - por maioria simples de votos;
II - por maioria absoluta de votos;
III - por 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara.

§ 1º - As deliberações, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos Vereadores.

§ 2º - A maioria simples corresponde a mais da metade, apenas dos Vereadores presentes à Sessão.

§ 3º - A maioria absoluta corresponde ao primeiro número inteiro acima da metade de todos os membros da Câmara.

§ 4º - No cálculo do " quorum " qualificado de 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara, serão considerados todos os Vereadores, presentes ou ausentes, devendo as frações serem desprezadas, adotando-se como resultado o primeiro número inteiro superior.

Artigo 169 - Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes matérias :
I - Código Tributário e Postura do Município;
II - Código de Obras;
III - Estatuto dos Servidores Municipais;
IV - Regimento Interno da Câmara;
V - Criação de cargos, aumentos de vencimentos de servidores municipais, do Legislativo ou do Executivo;
VI - Apreciação de Veto.

Artigo 170 - Dependerão de voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara :
a) as Leis concernentes a :

.....

1) aprovação e alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento integrado;
2) concessão de serviços públicos;
3) concessão de direito real de uso;
4) alienação de bens imóveis;
5) aquisição de bens imóveis por doação com encargos;
6) obtenção de empréstimos de particular;
a) rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas;
b) concessão de título de cidadania honorá - ria ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas;
c) aprovação de representação,solicitação e alteração do nome do Município e do Distrito.
Parágrafo Único : Dependerão, ainda do " quórum" de 2/3 (dois terços) a cassação do Prefeito e a cassação do Vereador, bem como o Projeto de Resolução de destituição de mem - bro da Mesa.

SUBSEÇÃO III
DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Artigo 171 - A partir do instante em que o Presidente da Câmara declarar a matéria já debatida e com discussão encerrada, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação.
Parágrafo Único : No encaminhamento da votação será assegurado aos Líderes das Bancadas ou seu indicado falar apenas uma vez, por cinco minutos, para propor ao Plenário a rejeição ou aprovação da matéria a ser votada, sendo vedados os apartes.

SUBSEÇÃO IV
DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Artigo 172 - São três os processos de votação :
I - simbólico;
II - nominal;

.....

III - secreto.

§ 1º - No processo simbólico de votação, o Presidente convidará os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem, procedendo em seguida, à necessária contagem dos votos e à proclamação do resultado.

§ 2º - O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, respondendo os Vereadores " sim " ou " não", à medida em que forem chamados pelo 1º Secretário.

§ 3º - Enquanto não for proclamado o resultado de uma votação, que seja nominal ou simbólica, é facultado ao Vereador retardatário expender seu voto.

§ 4º - As dúvidas quanto ao resultado proclamado só poderá ser suscitadas e deverão ser esclarecidas antes de anunciada a discussão de nova matéria, ou, se for o caso, antes de se passar à nova fase da sessão ou de se encerrar a ordem do dia.

§ 5º - O processo de votação secreto será utilizado nos seguintes casos :

1. eleição da Mesa;
2. cassação do mandato de Prefeito e Vereadores;
3. Decreto Legislativo concessivo de Título de cidadania honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;
4. veto.

SUBSEÇÃO V

DA VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO

Artigo 173 - Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica, proclamada pelo Presidente, poderá requerer verificação nominal de votação.

.....

§ 1° - O requerimento de verificação nominal de votação será de imediato e necessariamente atendido pelo Presidente.

§ 2° - Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

SUBSEÇÃO VI
DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Artigo 174 - Declaração de voto é o pronunciamento do vereador sobre os motivos que levaram a manifestar-se conta ou favoravelmente à matéria votada.

Artigo 175 - A declaração de voto far-se-a após concluída a votação da matéria

Parágrafo Único: Em declaração de voto, cada vereador dispõe de (2) dois minutos sendo vedado aos apartes.

CAPITULO III
DA REDAÇÃO FINAL

Artigo 176 - Ultimada a fase de votação, será a proposição, se houver substitutivo, emenda ou subemenda aprovados enviada à Comissão de Justiça e Redação para elaborar a Redação Final.

Artigo 177 - A redação final será discutida e votada pela COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, dentro de 03 (três) dias após a Sessão de aprovação do projeto e das emendas.

Parágrafo Único ; Da decisão da Comissão caberá recursos dentro de 03 (três) dias, desde que apresentada por no mínimo 02 (dois) vereadores, que será de imediato acatado pelo Presidente que colocará para apreciação do Plenário na 1ª ordem do dia a se realizar após a data do protocolo.

Artigo 178 - Aprovado um projeto de Lei, na forma regimental e transformado em autógrafo, será ele, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado ao Prefeito, para fins de Sanção e promulgação.

§ 1° - Os autógrafos antes de serem remetidos ao Prefeito serão registrados em livro pró-

prio e arquivados na Secretaria Administativa, levando a assinatura dos membros da Mesa.
§ 2º - O membro da Mesa não poderá, sob pena de sujeição a processo de destituição, recusar-se assinar o autógrafo.

CAPÍTULO V
DO VETO

Artigo 179 - Se o Prefeito considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento e, comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.
§ 1º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
§ 2º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, o silêncio do Prefeito importará sanção.
§ 3º - O veto será apreciado em Sessão, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.
§ 4º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito Municipal.
§ 5º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 3º , o veto será colocado na ordem do dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.
§ 6º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 4º, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice- Presidente da Câmara fazê-lo.

.....

CAPÍTULO VI
DA PROMULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Artigo 180 - Os Decretos Legislativos e as Resoluções, desde que aprovados os respectivos projetos, serão promulgados e publicados pelo Presidente da Câmara.

Artigo 181 - Serão também promulgadas e publicadas pelo Presidente da Câmara as Leis que tenham sido sancionadas tacitamente, ou cujo veto, total ou parcial, tenha sido rejeitado pela Câmara.

Artigo 182 - Para a promulgação e a publicação de Lei com sanção tácita ou por rejeição de veto total , utilizar-se-á a numeração subsequente àquela existente na Prefeitura Municipal.Quando se tratar de veto parcial, a Lei terá o mesmo número do texto anterior a que pertence.

CAPÍTULO VII
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL
SEÇÃO I
DOS CÓDIGOS

Artigo 183 - Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, do modo orgânico e sistemático visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover, completamente, matéria tratada.

Artigo 184 - Os projetos de códigos, depois de apresentados ao Plenário serão publicados, remetendo-se cópia à Secretaria Administrativa,onde permanecerá à disposição dos Vereadores, sendo , após, encaminhados à Comissão de Justiça e Redação.

§ 1º - Durante o prazo de 30 (trinta) dias , poderão os Vereadores encaminhar à Comissão

.....

emendas a respeito.
§ 2º - A Comissão terá mais 30 (trinta) dias, para exarar parecer ao projeto e às emendas apresentadas.
§ 3º - Decorrido o prazo, ou antes desse decurso se a Comissão antecipar o seu parecer, entrará o processo para a pauta da Ordem do Dia.

Artigo 185 - Na primeira discussão, o projeto será discutido e votado por capítulo, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.
Parágrafo Único : Aprovado com emendas, voltará à Comissão de Justiça e Redação por mais 15 (quinze) minutos dias para incorporação das mesmas ao texto do projeto original.

Artigo 186 - Não se aplicará o regime deste capítulo aos projetos que cuidem de alterações parciais de códigos.

SEÇÃO II
DO ORÇAMENTO

Artigo 187 - Projeto de Lei orçamentária anual será enviado pelo Executivo à Câmara até o dia 30 de agosto.
§ 1º - Se não receber a proposta orçamentária no prazo mencionado neste artigo, a Câmara considerá como proposta a Lei do Orçamento vigente. (Lei nº 4320 de 17/03/64 artigo 32).
§ 2º - Recebido o Projeto, o Presidente da Câmara, depois de comunicar o fato ao Plenário e determinar imediatamente, a sua publicação, remeterá cópia à Secretaria Administrativa, onde permanecerá à disposição dos Vereadores.
§ 3º - Em seguida à publicação, o projeto irá Comissão de Finanças e Orçamento, que recebe

.....

rá as emendas apresentadas pelos Vereadores, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 4º - A Comissão de Finanças e Orçamento terá mais quinze dias de prazo para emitir o parecer sobre o projeto de Lei Orçamentária e a sua decisão sobre as emendas.

§ 5º - A Comissão de Finanças e Orçamento deixará de receber emendas de que decorram aumento de despesa global.

§ 6º - Será final o pronunciamento da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as emendas, salvo 1/3 (um terço) dos membros da Câmara requerer ao Presidente a votação em Plenário, sem discussão, de emendas aprovada ou rejeitada na Comissão.

§ 7º - Se não houver emendas, o projeto será incluído na Ordem do Dia da primeira Sessão, sendo vedada a apresentação de emendas em plenário, em havendo emendas anteriores,será incluído na primeira sessão, após a publicação do parecer e das emendas.

§ 8º - Se a Comissão de Finanças e Orçamento não observar os prazos a ela estipulados neste artigo o projeto será incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte, como ítem único, independentemente de parecer, inclusive do Relator Especial.

Artigo 188 - As Sessões nas quais se discute o orçamento terão a Ordem do Dia preferencialmente reservada a esta matéria.

Parágrafo Único : Terão preferência na discussão o relator da Comissão de Finanças e Orçamento e os autores das emendas.

Artigo 189 - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara , para propor a modificação do projeto de lei orçamentária anual ou plurianual, enquanto

.....

não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Artigo 190 - Aplicam-se ao Projeto de Lei Orçamentária, no que contrariar o disposto neste capítulo, as regras do processo legislativo.

TÍTULO VIII
DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO E DA MESA

CAPÍTULO ÚNICO
DO PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO

Artigo 191 - Recebidos os processos do Tribunal de Contas do Estado, com os respectivos pareceres prévios a respeito da aprovação ou rejeição das contas do Prefeito e da Mesa, o Presidente, independentemente de sua leitura em Plenário, manda-los-á publicar, rementendo cópia à Secretaria Administrativa, onde permanecerá à disposição dos Vereadores.

§ 1º - Após a publicação, os processos serão enviados à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para emitir pareceres, opinando sobre a aprovação ou rejeição dos pareceres do Tribunal de Contas.

§ 2º - Se a Comissão de Finanças e Orçamento não observar o prazo fixado, o Presidente designará um relator especial, que terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, para emitir pareceres.

§ 3º - Exarados os pareceres pela Comissão de Finanças e Orçamento ou pelo Relator Especial, nos prazos estabelecidos ou mesmo sem eles o Presidente incluirá os pareceres do Tribunal de Contas na Ordem do Dia da Sessão, imediata, para discussão e votação única.

§ 4º - As Sessões em que se discutem as contas fica a ordem do dia preferencialmente, reservada a essa finalidade.

Artigo 192 - A Câmara tem o prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento dos pareceres do Tribunal de Contas para julgar as contas do Prefeito e da Mesa do Legislativo, observados os seguintes preceitos :

I - O parecer do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

II - rejeitadas as contas, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins.

III - rejeitadas ou aprovadas as contas do Prefeito e da Mesa, serão publicadas os pareceres do Tribunal de Contas com as respectivas decisões da Câmara e remetidas ao Tribunal de Contas da União e do Estado.

TÍTULO IX
DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 193 - Os serviços administrativos da Câmara far-se-ao através de sua Secretaria Administrativa , por instruções baixadas pelo Presidente.

Parágrafo Único : Todos os serviços da Secretaria Administrativa serão dirigidos e disciplinados pela Presidência da Câmara, que poderá contar com o auxílio dos Secretários.

Artigo 194 - Todos os serviços da Câmara que integram a Secretaria Administrativa serão criados, modificados ou extintos por Resolução, a criação de seus cargos, bem como a fixação de seus respectivos vencimentos, serão feitas por lei,de iniciativa privativa da Mesa, respeitado o disposto na Constituição Federal.

Parágrafo Único : A nomeação,admissão e exoneração, demissão e dispensa dos servidores da Câmara competem a Mesa, de conformidade com a legislação vigente.

.....

Artigo 195 - A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

Artigo 196 - Os processos serão organizados pela Secretaria Administrativa, conforme ato baixado pela Presidência.

Artigo 197 - Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível, o andamento de qualquer proposição, a Secretaria providenciará a reconstituição do processo respectivo, por determinação do Presidente, que deliberará de ofício ou requerimento de qualquer Vereador.

Artigo 198 - A Secretaria Administrativa, mediante autorização expressa do Presidente, fornecerá a qualquer pessoa, para defesa de direitos , ou esclarecimentos de situações no prazo de 15 (quinze) dias, certidões de atos, contratos de decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição; No mesmo prazo deverá atender as requisições judiciais se outro não for marcado pelo Juiz.

Artigo 199 - Poderão os Vereadores interpelar a Presidência, mediante requerimento, sobre os serviços da Secretaria Administrativa, ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou ainda, apresentar sugestão sobre os mesmos, através de indicação fundamentada.

SEÇÃO I

DO USO DA PALAVRA

Artigo 200 - O Vereador só poderá falar :

I - para requerer retificação da ata;

II - para requerer invalidação da ata quando a

.....

impugnar e dispensa de sua leitura;

III - para discutir matéria em debate;

IV - para apartear, na forma regimental;

V - pela ordem, para apresentar questão de ordem na observância de disposição regimental;

VI - para encaminhar a votação;

VII - para justificar requerimento de urgência especial;

VIII - para declarar o seu voto;

IX - para tratar de assunto relevante (Líder de Bancada);

X - para explicação pessoal, tema livre e assuntos do expediente;

XI - para apresentar requerimento;

XII - para requerer votação nominal;

XIII - para verificação de presença;

XIV - para dirimir dúvidas quanto ao resultado das votações.

Parágrafo Único - O Vereador que solicitar a palavra deverá,inicialmente , declarar a que ítens deste artigo pede a palavra e, não poderá :

a) usar a palavra com finalidade diferente da alegada para solicitar;

b) desviar-se da matéria em debate;

c) falar sobre matéria vencida;

d) usar de linguagem imprópria;

e) ultrapassar o prazo que lhe competir;

f) deixar de atender as advertências do Presidente.

SEÇÃO II
DO TEMPO DE USO DA PALAVRA

Artigo 201 - O tempo de que dispõe o Vereador para uso da palavra fica assim fixado :

I - QUINZE MINUTOS :

a) discussão de veto;

b) discussão de projeto ;

c) discussão de parecer da Comissão Processan

d) discussão de moção;
e) discussão de pareceres,ressalvado o prazo assegurado ao denunciado e ao relator no processo de destituição de membro da Mesa.

II - DEZ MINUTOS :
a) em tema livre;
b) assuntos do expediente;
c) explicação pessoal;
d) exposição de assuntos relevantes, pelos líderes de bancadas.

III - CINCO MINUTOS :
a) discussão de requerimento ;
b) discussão de redação final;
c) discussão de indicação, quando sujeitas à deliberação;
d) apresentação de requerimento de retificação da ata;
e) apresentação de requerimento de invalidação da ata, quando da sua impugnação;
f) encaminhamento de votação.

IV - DOIS MINUTOS :
a) para questão de ordem;
b) para declaração de voto.

Parágrafo Único : O tempo que dispõe o Vereador será controlado pelo 1º Secretário, para conhecimento do Presidente e, se houver interrupção de seu discurso, por aparte concedido, o prazo respectivo será computado no tempo que lhe couber.

CAPÍTULO III
DA REMUNERAÇÃO E DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO

SEÇÃO I
DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

Artigo 202 - A remuneração é mensal e divide-se em parte fixa,variável,sessões extraordinárias e ajuda de custo.

.....

Artigo 203 - A parte variável da remuneração não será inferior à fixa e corresponderá ao compareci - mento efetivo do Vereador e sua participação nos trabalhos do Plenário e nas votações.

Artigo 204 - A remuneração dos Vereadores será atualizada por simples Ato da Mesa, no curso da legislatura, sempre que ocorrer modificações na remuneração dos Deputados Estaduais , devendo o Ato respectivo ser instruído com certidão expedida pela Assembléia Legislativa do Estado.

CAPÍTULO IV
DAS OBRIGAÇÕES E DOS DEVERES DOS VEREADORES

Artigo 205 - São obrigações e deveres do Vereador :

I - comparecer decentemente trajado às Ses - sões na hora prefixada;

II - cumprir os deveres dos cargos para os quais foram eleito ou designado;

III - votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quando ele próprio tenha interesse pessoal na mesma, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo;

IV - comportar-se no plenário com respeito , não conversando em tom que pertube os trabalhos;

V - obedecer às normas regimentais, quanto ao uso da palavra;

VI - propor à Câmara todas as medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e à segurança e bem estar dos munícipes, bem como impugnar as que lhe pareçam contrárias ao interesse público.

Artigo 206 - Se qualquer Vereador cometer, dentro do re - cinto da Câmara, excesso que deva ser repri-

.....

mido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências, conforme, sua gravidade :

I - advertência pessoal;

II - advertência em Plenário;

III - cassação da palavra;

IV - determinação para retirar-se do Plenário;

V - denúncia para cassação de mandato, por falta de decoro parlamentar.

Parágrafo Único : Para manter a ordem no recinto da Câmara o Presidente poderá solicitar a força policial necessária.

CAPÍTULO V
DA CASSAÇÃO DO MANDATO

Artigo 207 - A Câmara poderá cassar o mandato do Vereador quando :

I - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou improbidade administrativa;

II - fixar residência fora do Município;

III - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

Artigo 208 - O processo de cassação do mandato do Verea - dor obedecerá ao rito estabelecido na legislação Federal.

Parágrafo Único : A perda do mandato torna - se efetiva a partir da publicação da resolução de cassação de mandato, expedida pelo Presidente da Câmara,que deverá convocar imediatamente, o respectivo suplente.

CAPÍTULO VI
DAS LICENÇAS

Artigo 209 - O pedido de licença do Prefeito seguirá a seguinte tramitação :

§ 1º - Recebido o pedido na Secretaria Administrativa, o Presidente convocará, em vinte e quatro horas, reunião da Mesa, para transformar o pedido do Prefeito em Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do solicitado.

§ 2º - Elaborado o Projeto de Decreto Legislativo pela Mesa, o Presidente convocará, se necessário, Sessão Extraordinária, para que o pedido seja imediatamente deliberado.

§ 3º - O Decreto Legislativo concessivo de licença ao Prefeito será discutido e votado em turno único, tendo preferência regimental sobre qualquer matéria.

§ 4º - O Prefeito regularmente licenciado , terá direito a receber o subsídio e verba de representação, quando :

I - por motivo de doença,devidamente comprovada;

II - a serviço ou em missão de representação do Município.

CAPÍTULO VII
DAS INFRAÇÕES POLÍTICOS ADMINISTRATIVAS

Artigo 210 - São infrações político-administrativas, e , como tais sujeitas ao julgamento da Câmara e sancionadas com a cassação do mandato, as previstas nos incisos I a X do artigo 4º do Decreto Lei Federal nº 201 de 27 de fevereiro de 1.967, segundo o procedimento estabelecido no artigo 5º do mesmo texto legal.

Artigo 211 - Nos crimes de responsabilidades do Prefeito, enumerados no artigo 1º do Decreto Lei Federal nº 201/67 por deliberação do Presidente, de ofício, ou mediante requerimento de Vereadores devidamente aprovado,poderá a Câmara solicitar a abertura de inquérito policial ,

.....

ou instauração de ação penal pelo Ministé - rio Público, bem como intervir , em qualquer fase do processo, como assistente da acusa - ção.

TÍTULO X
DO REGIMENTO INTERNO
CAPÍTULO I
DOS PRECEDENTES

Artigo 212 - Os casos não previstos neste Regimento serão submetidos ao Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Artigo 213 - Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Parágrafo Único : Ao final de cada Sessão Legislativa, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações no Regimento bem como dos precedentes regimentais, publicando- os em separata.

CAPÍTULO II
DA QUESTÃO DE ORDEM

Artigo 214 - Questão de ordem é toda manifestação do Ve - reador em Plenário feita em qualquer fase da Sessão, para reclamar contra o não cumprimento de formalidade regimental, ou para suscitar dúvidas quanto à interpretação do Regimento.

§ 1º - O Vereador deverá pedir a palavra "PELA ORDEM " e formular a questão com clareza, indicando as disposições regimentais que pretende sejam elucidadas ou aplicadas.

§ 2º - Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente a questão de ordem.

Artigo 215 - O Regimento Interno somente poderá ser modi-

.....

ficado por Projeto de Resolução, aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores.
Parágrafo Único : A iniciativa do projeto respectivo caberá a qualquer Vereador, à Comissão, ou a Mesa Diretora.

TÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 216 - Os prazos previstos neste Regimento não correrão , durante os períodos de recesso da Câmara Municipal.
§ 1º - Exetuam-se do disposto neste artigo os prazos relativos às matérias objetos de convocação extraordinária da Câmara e os prazos estabelecidos às Comissões Processantes.
§ 2º - Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contrado em dias corridos.
§ 3º - Na contagem dos prazos regimentais,observar-se-á no que for aplicável, a legislação processual civil.

Artigo 217 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Embu-Guaçu, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 1991.

Dr. Sérgio Nimoi
Presidente